

# Congresso impõe derrota ao governo

**Parlamentares governistas ajudam a derrubar medida provisória que suspendia dissídios**

BRASÍLIA — O governo Collor sofreu ontem a primeira derrota no Congresso. Os parlamentares derrubaram a Medida Provisória 185, que previa recursos ao Tribunal Superior do Trabalho (TST) para suspender reajustes acertados em dissídios coletivos. A votação, bastante tumultuada, terminou com o pleitar eletrônico marcando 148 votos contra e 133 a favor da medida, com quatro abstenções. “Faltou mobilização”, reconheceu o deputado Pass Ladim (PFL-PI), da bancada governista.

A orientação era obstruir o processo. Os parlamentares que apóiam o governo não deveriam votar para não dar quórum mínimo de 248 deputados. Na semana passada, a votação da mesma medida foi adiada por falta de quórum. Quando a votação começou, o líder do governo na Câmara, Renan Calheiros, estava fora do plenário participando de uma reunião de líderes no gabinete do deputado Ibsen Pinheiro (PMDB-RS). Sem seu líder, os governistas se mostraram desarticulados.

Quando Renan chegou ao

plenário, passou a comandar a obstrução. Em pé, ao lado do posto avulso de votação, o deputado fez sinal para seus companheiros não votarem, mostrando, com insistência, o relógio para o senador Iran Saraiva (PMDB-GO), que presidia a sessão, para lembrar que o tempo já se havia esgotado.

A oposição resolveu denunciar a manobra. “O governo não está votando, quer a obstrução”, afirmou o deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE). O vice líder do PSDB na Câmara, deputado Robson Marinho (SP), alertou que os deputados aliados a Collor estavam no plenário e “deliberadamente” não estavam votando. Nesse momento, o deputado Vivaldo Barbosa (PDT-RJ) pediu à mesa para que computasse as presenças. Ainda faltavam 15 nomes para o quórum necessário.

No mesmo instante, Saraiva mandou registrar as presenças de Renan, Humberto Souto (PFL-MG), José Camargo (PFL-SP), Basílio Vilani (PRN-PR), Ottomar Pinto (PMDB-RR), Agripino Oliveira Lima (PFL-SP) e Francisco Salles (PMDB-RO). Renan reclamou e, em resposta, Saraiva leu o artigo 306 do regimento interno do Senado que afirma ser proibido um parlamentar se recusar a votar quando está no plenário.

Salvo “impedimento de ordem pessoal”. “A presença é contada para efeito de quórum”, avisou Saraiva.

Renan não aceitou a decisão do senador e o acusou de estar registrando deputados do governo. “Está V.Exa. presente ou esta é uma sessão espírita?”, perguntou Saraiva explicando ao deputado que apenas as presenças estavam sendo computadas. Sem saída, Renan pediu aos governistas para que votassem “sim” na medida e protestou contra a duração da votação: “Foi o mais longo processo na história do Congresso”.

A derrota do governo acontece justamente momento em que o líder Renan tenta negociar com os parlamentares dos partidos que apóiam Collor, descontentes por não terem os seus pedidos de nomeações atendidos. “Ele passou a semana inteira reunido com as bancadas que apóiam o governo, mas não teve tempo de mobilizar os políticos”, comentou um assessor do deputado. Para o líder do PDC na Câmara, Eduardo Siqueira Campos (TO), “a culpa é dos faltosos”. Ele reconheceu, porém, que a estratégia do governo não ficou clara. Para Renan, a responsabilidade foi da Mesa: “Avisaram de última hora que a 185 estaria em pauta numa sessão pela manhã”.



Renan negocia obstrução da votação no plenário: reclamação, tumulto e derrota

André Dusek/AE